



## MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO

### MOÇÃO

#### Encerramento do Tribunal de Mondim de Basto

Tivemos conhecimento, que o tribunal de Mondim de Basto, consta da lista de tribunais a encerrar pelo Ministério da Justiça no âmbito da reorganização do mapa judiciário, ao contrário do documento inicial que não incluía este tribunal.

Consideramos inaceitável esta decisão que a verificar-se irá prejudicar seriamente os interesses da população de Mondim de Basto, pelas seguintes razões:

- A extinção do tribunal de Mondim obriga as pessoas deste concelho e deslocarem-se para Chaves a 80 Km ou Vila Real, a 40 km, por estradas sinuosas e sem transportes públicos. É assim dificultado o acesso à justiça, não se vislumbrando nestas decisões, como é que a Senhora Ministra da Justiça concretiza o seu desígnio político de garantir o acesso à justiça para todos os cidadãos, independentemente da sua situação económica.
- O encerramento de serviços públicos no concelho empobrece a economia local e vai acentuar ainda mais o despovoamento e a emigração. É o abandono da população porque o estado deixa de ter presença numa área fundamental como a justiça.
- O estado deve ter uma presença no território de forma a garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito à justiça.

Este processo de encerramento é um processo inquinado, porque neste momento o tribunal tem uma média de 270 processos anuais, superior ao número de referência que determina o encerramento (250), sendo que o número de processos que consta do documento do Ministério da Justiça (136) resulta de um processo de desqualificação deste Tribunal levado a cabo por este governo feito à medida para atingir este objetivo.

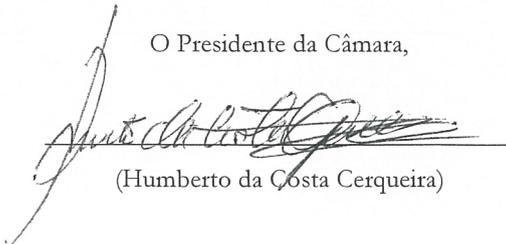
O concelho de Mondim sempre teve Tribunal, com juiz residente e procurador adjunto, e tem direito e dignidade, como sede de concelho, a manter o tribunal.

Recorde-se que o edifício onde funciona o tribunal é propriedade da Câmara Municipal, sendo que o Ministério da Justiça não paga qualquer renda mensal, ao contrário do que acontece noutros locais onde paga mensalmente rendas de milhares de euros.

Face ao anunciado encerramento exigimos que o Ministério da Justiça, em especial a Senhor Ministra da Justiça que repense esta decisão que a verificar-se irá prejudicar gravemente o concelho de Mondim de Basto.

Mondim de Basto, 28 de maio de 2012.

O Presidente da Câmara,



(Humberto da Costa Cerqueira)